



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDERADO DO CARAJÁS  
CNPJ Nº 84.139.633/0001-75  
GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO Nº 248/2024/PMEC/GAB

Eldorado do Carajás/PA, 19 de abril de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor  
EDSON DE DEUS VIEIRA  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA**

**Assunto:** SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA – PROCESSO LEGISLATIVO – PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024.

Vimos à presença de Vossa Excelência e dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, com objetivo de encaminhar o **PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024**, que "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

Solicitamos que a proposta de Lei seja apreciada, discutida e, ao final, aprovada pelos Ilustres Vereadores, em regime de **URGÊNCIA**, consoante o disposto no art. 49 da Lei Orgânica Municipal e art. 104-C, inciso IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, o qual estabelecem que o Prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos Projetos de sua iniciativa.

Diante de todo o exposto e na certeza do atendimento do pleito, despeço-me renovando os votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

IARA BRAGA  
MIRANDA:70  
262926253  
IARA BRAGA MIRANDA  
**Prefeita Municipal**

Assinado de forma  
digital por IARA  
BRAGA  
MIRANDA:702629262  
53



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024.**

Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, EXMA. Sr.<sup>a</sup> IARA BRAGA MIRANDA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os que se interessarem, que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONOU a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição salarial, com base na inflação acumulada no ano de 2023, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1º de abril de 2024, revogando as disposições em contrário.

Eldorado do Carajás, Pará, aos 19 de abril de 2024; 44º da Fundação e 33º da Emancipação.

IARA BRAGA Assinado de forma digital por IARA BRAGA  
MIRANDA:7 MIRANDA:70262926  
0262926253 253  
IARA BRAGA MIRANDA  
**Prefeita Municipal**





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDERADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024.**

Aos Senhores,

Presidente e dignos Vereadores,

Com significativa satisfação que cumprimentamos os Ilustres Membros dessa Egrégia Câmara de Vereadores e vimos, na oportunidade, por meio deste expor os motivos do **PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024**.

À medida que o tempo avança, é crucial reconhecer e responder às mudanças econômicas, sociais e organizacionais que afetam diretamente a vida dos trabalhadores. A recomposição salarial emerge como uma necessidade essencial para garantir a equidade, motivação e estabilidade dentro de uma força de trabalho.

Primeiramente, é importante reconhecer o impacto da inflação e do custo de vida. O aumento dos preços dos bens e serviços essenciais, como alimentação, moradia e saúde, erode gradualmente o poder de compra dos salários. Sem uma revisão adequada dos salários, os funcionários podem enfrentar dificuldades crescentes para atender às suas necessidades básicas, resultando em insatisfação, estresse financeiro e até mesmo dificuldades pessoais.

Além disso, a recomposição salarial está intrinsecamente ligada à justiça e à valorização do trabalho. Os funcionários dedicam seu tempo, habilidades e energia para contribuir para o sucesso e a produtividade da organização. Reconhecer essa contribuição por meio de uma compensação justa e competitiva não apenas promove um senso de valorização pessoal, mas também fortalece o comprometimento e a lealdade dos funcionários para com a empresa.

Outro ponto relevante é a necessidade de manter a atratividade. Em um cenário onde as habilidades e experiências dos profissionais são cada vez mais valorizadas, é fundamental que sejam oferecidas remunerações atrativas para atrair e reter os melhores talentos. A falta de uma política de recomposição salarial pode resultar na perda de profissionais qualificados para concorrentes que oferecem pacotes salariais mais atraentes.

A Constituição Federal também preconiza o trabalho como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art.1.º,IV), e em consequência o direito fundamental



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

ao salário como forma de contrapartida do trabalho (art.6.º), assegurando a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, demonstrando que uma efetiva política de remuneração é um dos instrumentos mais poderosos de combate à pobreza e desigualdade social em nosso país.

A recomposição do poder de compra do salário contribui decisivamente para redução das disparidades regionais de renda, influenciando diretamente na dinâmica econômica local, com a elevação do poder de compra e consumo das famílias, impactando qualitativamente as condições de vida e de sociabilidade da população.

Assim, o encaminhamento da presente proposta consubstancia-se na perspectiva de valorização do funcionalismo público municipal, com ênfase na melhor distribuição de renda e na recuperação do poder aquisitivo, gerando, como consequência, o crescimento da economia no nosso município.

Por estes motivos, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei, à elevada apreciação dos nobres vereadores que integram esta casa Legislativa, expectativa de que, após regular tramitação seja a final deliberado e aprovado na devida forma regimental.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos mais sinceros votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Eldorado do Carajás, Pará, aos 19 de abril de 2024; 44º da Fundação e 33º da Emancipação.

IARA BRAGA Assinado de forma  
digital por IARA  
MIRANDA:7 BRAGA  
0262926253 MIRANDA:70262926  
253  
IARA BRAGA MIRANDA  
**Prefeita Municipal**





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

**PROJETO DE LEI SOB Nº 005/2024-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2024**

*Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.*

**1. INTRODUÇÃO**

O presente relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro visa o cumprimento das legislações fiscal e orçamentária pertinentes. Dois requisitos básicos devem ser respeitados:

- a) a despesa pública não pode estar em desacordo com as regras fiscais, especialmente com os dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e
- b) a despesa pública não deve contrariar os procedimentos disciplinados nos principais instrumentos orçamentários – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 16 inciso I, traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro como elemento que acompanha a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa. Neste contexto, entende-se por Impacto Orçamentário-Financeiro o valor das despesas que antecedem uma ação governamental em relação ao valor previsto na lei orçamentária, assim como o valor da despesa em relação as receitas disponíveis.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

## **2. METODOLOGIA**

Busca-se demonstrar o impacto orçamentário e financeiro inerente a recomposição salarial nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da educação pública de Eldorado do Carajás, no percentual de 1% (um por cento), nos seguintes termos:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição salarial, com base na inflação acumulada no ano de 2023, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

A estimativa de valores a serem desembolsados em decorrência da recomposição salarial, no percentual de 1% (um por cento) para a categoria de professores, está relacionada a efeitos que ocorrerão em 2024 e nos anos seguintes. O estabelecimento deste custo gerará para o Município de Eldorado do Carajás dispêndios que importarão de acordo com o descritivo apresentado no Anexo I deste relatório, o qual demonstra a metodologia de cálculo.

Em conformidade com o inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, segue ainda, ANEXO II deste relatório, que trará da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Eldorado do Carajás/PA, 19 de abril de 2024.

IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926253

Assinado de forma digital por IARA  
BRAGA MIRANDA:70262926253

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita de Eldorado do Carajás/PA





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDERADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**ANEXO I – PROFESSORES (FUNDEB)**

<b>Memória de cálculo da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>
1 - Valor base (312 servidores em 31/03/2024)	R\$ 2.254.268,89
2 - Valor estimativo (com reajuste global)	R\$ 2.276.811,58
<b>3 - Valor total em 10,33 meses (1 – Valor base)</b>	<b>R\$ 23.286.597,63</b>
<b>4 - Valor total em 10,33 meses (2 – Valor reajustado)</b>	<b>R\$ 23.519.463,62</b>
<b>5 – Valor do impacto financeiro anual oriundo do reajuste</b>	<b>R\$ 232.865,99</b>
<b>6 - Previsão Orçamentária (LOA 2024 - FUNDEB) -Total (3.1.90)</b>	<b>R\$ 40.736.500,00</b>
7 - Estimativa de impacto orçamentário	0,57%
8 - Estimativa de impacto financeiro	1%
<b>NOTA EXPLICATIVA Nº 1</b>	
As estimativas de impacto financeiro e orçamentário foram aplicadas para o exercício de 2024. O valor da remuneração de servidores da educação passa por alterações anualmente conforme normativas federais.	
<b>NOTA EXPLICATIVA Nº 2</b>	
Os cálculos foram relacionados ao orçamento previsto no âmbito do orçamento do FUNDEB para 2024.	



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**ANEXO I – PROFESSORES (FME)**

<b>Memória de cálculo da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>
1 - Valor base (3 servidores em 31/03/2024)	R\$ 30.462,42
2 - Valor estimativo (com reajuste global)	R\$ 30.767,04
<b>3 - Valor total em 10,33 meses (1 – Valor base)</b>	<b>R\$ 314.676,79</b>
<b>4 - Valor total em 10,33 meses (2 – Valor reajustado)</b>	<b>R\$ 317.823.52</b>
<b>5 – Valor do impacto financeiro anual oriundo do reajuste</b>	<b>R\$ 3.146,73</b>
<b>6 - Previsão Orçamentária (LOA 2024 - FME) -Total (3.1.90)</b>	<b>R\$ 503.935,00</b>
7 - Estimativa de impacto orçamentário	0,62%
8 - Estimativa de impacto financeiro	1%
<b>NOTA EXPLICATIVA Nº 1</b>	
As estimativas de impacto financeiro e orçamentário foram aplicadas para o exercício de 2024. O valor da remuneração de servidores da educação passa por alterações anualmente conforme normativas federais.	
<b>NOTA EXPLICATIVA Nº 2</b>	
Os cálculos foram relacionados ao orçamento previsto no âmbito do orçamento do FME para 2024.	

IARA BRAGA  
MIRANDA:70262  
926253

Assinado de forma  
digital por IARA BRAGA  
MIRANDA:7026292625  
3

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita de Eldorado do Carajás/PA

EWERTON ANDRADE  
CAVALCANTE:88863  
01200

Assinado de forma digital  
por EWERTON ANDRADE  
CAVALCANTE:8886301200

**EWERTON ANDRADE CAVALCANTE**  
Contador  
CRC-TO 4739/O 3 S-PA





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA**

Declaro para fins de adequação ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/00, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro, ocasionado pela recomposição salarial no percentual de 1% (um por cento) para os servidores efetivos do cargo de professor (a). Declaro, ainda, que despesas acrescidas têm compatibilidade com a Lei Orçamentária anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual no âmbito do Município de Eldorado do Carajás.

Eldorado do Carajás/PA, 19 de abril de 2024.

IARA BRAGA Assinado de forma  
digital por IARA  
MIRANDA:7 BRAGA  
0262926253 MIRANDA:70262926  
253

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita de Eldorado do Carajás/PA



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Diretor de Secretaria e Recursos Humanos**

Mem. Nº 05/2024/DSRH/CMEC

Eldorado do Carajás, 19 de abril de 2024

Ao Ilustríssimo  
**Sr. Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo

Assunto: **Encaminha o Projeto de Lei Ordinária nº 05/2024, de autoria da Prefeita Municipal, Sr.<sup>a</sup>. Iara Braga Miranda.**

Ilustríssimo,

Cumprimentando-o Vossa Senhoria, venho por meio deste encaminhar o **Projeto de Lei Ordinária nº 05/2024, de autoria da Prefeita Municipal, Sr.<sup>a</sup>. Iara Braga Miranda**, que concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de Professor (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

Solicitamos que posteriormente esse departamento, dê continuidade a tramitação deste processo repassando ao Departamento competente.

Atenciosamente,

  
**VALDELICE SOUSA**  
Diretora de Secretária e RH.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO**

**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024.

**AUTORIA:** Chefe do Poder Executivo Municipal – Iara Braga Miranda.

**EMENTA:** "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

**DATA DE APRESENTAÇÃO:** 19/04/2024.

**FORMA DE APRECIAÇÃO:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

**REGIME DE TRAMITAÇÃO:** Regime de Urgência.

**QUÓRUM DE VOTAÇÃO:** Maioria Simples.

**COMISSÕES COMPETENTES:** Constituição, Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social.

**RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO:** Departamento Legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 22 de abril de 2024.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo  
Portaria nº 045/2024



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**PARECER TÉCNICO LEGISLATIVO:** Nº 006/2024.

**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024.

**AUTORIA:** Chefe do Poder Executivo Municipal – Iara Braga Miranda.

**EMENTA:** Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

### 1 – RELATÓRIO.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária (PLO) de iniciativa da Excelentíssima Prefeita Iara Braga Miranda, que apresenta o seguinte assunto: Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A proposição foi protocolizada na secretaria da Câmara Municipal em 19 de abril de 2024.

Ato contínuo, o presente processo legislativo foi encaminhado a esta Diretoria Legislativa para exame e parecer.

É o relatório.

### 2 – PARECER.

Preliminarmente, informo, de início, que este parecer possui o caráter técnico opinativo e não vinculativo.

#### 2.1 – ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

##### a) DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL

A inconstitucionalidade formal ocorre quando há algum defeito no processo de criação das normas legais. Em outras palavras, é a falha resultante da violação de alguma regra constitucional que determine a maneira pela qual as normas legais são elaboradas.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

Dessa forma, a inconstitucionalidade formal, surge da falta de observância do procedimento de criação da norma.

Assim sendo, o presente Projeto de Lei, está em conformidade com as regras formais de processo legislativo, determinadas na Constituição Federal de 1988 e replicadas na Lei Orgânica Municipal.

**b) DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL**

A constitucionalidade material refere-se à harmonia entre o conteúdo de um ato normativo e as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal ou na Lei Orgânica Municipal. Consiste em verificar se o teor do ato normativo está em conformidade com os preceitos e princípios constitucionais.

No presente caso, não se observa qualquer violação aos dispositivos da Constituição Federal ou da Lei Orgânica Municipal, uma vez que os princípios e normas da proposta são compatíveis com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

Portanto, este Projeto de Lei atual está alinhado com as normas materiais do processo legislativo estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e reproduzidas na Lei Orgânica Municipal.

**2.2 – DA ESPÉCIE NORMATIVA.**

A espécie normativa do presente Projeto de Lei, é a ordinária.

**2.3 – DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA.**

A Excelentíssima Prefeita Municipal, solicitou a apreciação deste Projeto de Lei em regime de urgência, conforme se extrai do ofício nº 248/2024/PMEC/GAB, o que é lhe assegurada no art. 49, da nossa Lei Orgânica Municipal:

Art. 49. O Prefeito poderá solicitar urgência na votação de Projetos de sua iniciativa, que será incluída na Ordem do Dia da Sessão seguinte que ocorrer após o protocolo.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

Vejamos também o § 2º do art. 104-C do Regimento Interno da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás (RICMEC):

§ 2º O Requerimento de urgência deverá ser deliberado pelo Plenário e será considerado urgente se for aprovado por maioria simples.

Consequência disso, o pedido de urgência, ora solicitado, deve ser deliberado em plenário.

**2.4 – DO PROCESSO DE VOTAÇÃO A SER UTILIZADO E DO QUÓRUM PARA SUA APROVAÇÃO.**

O Projeto de Lei em análise, terá apenas uma única discussão, conforme preconiza o inciso I, § 2º, art. 141 do RICMEC.

O quórum para sua aprovação, deverá ser de maioria simples, com a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal conforme determina o art. 149 do RICMEC. Devendo, ser aprovado com 50% + 1 dos votos dos membros do Poder Legislativo

**2.5 – DA JURIDICIDADE E LEGALIDADE.**

A despeito dos requisitos acima elencados, pode-se depreender que o presente projeto de lei respeita as demais formalidades previstas no Regimento Interno e na legislação infraconstitucional.

Assim, inexistente qualquer vício com o condão de caracterizar infringência a dispositivos legais e regimentais.

**2.6 – DA TÉCNICA LEGISLATIVA.**

No que diz respeito à técnica legislativa utilizada na proposta em questão, fica claro que ela está em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 95/98, a qual disciplina a elaboração dos dispositivos normativos.

**2.7 – DO RICMEC**





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

O Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, atendeu aos requisitos do processo legislativo determinados pelo Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis.

**3 – CONCLUSÃO.**

Em face do exposto, opina-se pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, de autoria da Excelentíssima Prefeita Iara Braga Miranda.

É, s.m.j., o parecer desta Diretoria Legislativa.

Eldorado do Carajás/PA, 22 de abril de 2024.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo

Portaria nº 045/2024



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**DESPACHO**

A  
Assessoria Jurídica

Prezado,

Cumprimentando-o vossa senhoria, encaminho por meio deste os autos do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que " Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências", para análise jurídica e emissão de parecer técnico jurídico, a fim de subsidiar as comissões competentes.

Sem mais para o momento.

Eldorado do Carajás/PA, 22 de abril de 2024.

**Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo  
Portaria nº 045/2024





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

**PARECER TÉCNICO JURÍDICO n°: 006/2024**

**CONSULENTE:** Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

Comissão de Finanças e Orçamento

Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social;

**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei do Poder Executivo sob o n°: 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024.

**AUTORIA:** Prefeita Iara Braga Miranda

**EMENTA:** Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

## 1. RELATÓRIO

Esta Assessoria Jurídica recebeu o Projeto de Lei Municipal do Poder Legislativo sob o n°: 005/2024, de autoria da Prefeita Iara Braga Miranda, que "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

É a síntese do relatório, passo a análise.

## 2. PARECER

### 2.1. QUANTO A CONSTITUCIONALIDADE

O art. 18 da CF/88, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil

Rua Oziel Carneiro, 37, Centro – Km 02 – CEP: 68.524-000 – Eldorado do Carajás/PA  
[www.eldoradodocarajas.pa.leg.br](http://www.eldoradodocarajas.pa.leg.br) | [secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br](mailto:secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br)  
**Alô Câmara! + 55 (94) 9 9106-4732**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprios.

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na CF/88 para os Municípios, é tratada no art. 30 da nossa Carta Magna, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

A Constituição do Estado do Pará, por extensão, reproduziu esse regramento, consoante dispõe o art. 56 da Carta Paraense.

Portanto, o Projeto de Lei Ordinária sob o nº: 005/2024, de autoria da Prefeita Iara Braga, está em ordem e, não esbarra nos ditames constitucionais, não havendo qualquer óbice jurídico.

## **2.2. QUANTO A LEGALIDADE**

O Projeto de Lei nº 005/2024 em análise, qual busca a recomposição nos vencimentos dos servidores públicos da educação pública de Eldorado do Carajás, encontra-se amparo na legislação local, visto que nossa Lei Orgânica do Município, no artigo 47-A, inciso I, alínea “a” e “b”, preconiza que:

Art. 47-A. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

(...)

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou que aumentem a sua remuneração, ressalvada a competência dos demais Poderes, órgãos e instituições referidos nesta Lei Orgânica; (Incluída pela Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 2022)





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Incluída pela Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 2022)

(...)

Ainda, o art. 98, inciso X, da LOM, que preconiza que:

Art. 98. O Município assegura aos servidores públicos municipais, dos Poderes Legislativo e Executivo, das autarquias, dos temporários e comissionados, os seguintes direitos:

(...)

X - como forma de valorização das atividades do magistério, garantias de gratificação mensal progressiva para os servidores da educação, até a equiparação dos salários, a nível federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 2022)

(...)

Neste passo, a iniciativa encontra respaldo na legislação vigente, respeita os princípios constitucionais aplicáveis e atende ao interesse público de valorização dos profissionais da educação, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços educacionais prestados no município.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto este jurista de Assessoramento Legislativo entende, conclui e **opina pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 005/2024**, de autoria da Prefeita Iara Braga Miranda, que “Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.”

Vale ressaltar que, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, possui caráter técnico que não impede a tramitação e até mesmo consequente a sua aprovação. Neste sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnica jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandato de Segurança nº: 24.584-1 – Distrito Federal – Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É, s.m.j., o parecer desta Assessoria Jurídica.

Câmara Municipal de Eldorado do Carajás/PA, 23 de abril de 2024.

**Daniel Ribeiro de Vasconcelos**

OAB PA 25.282-B – Assessor Jurídico





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Constituição, Justiça e Redação**

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 005 DE 2024.

(Do Poder Executivo)

**Ementa:** "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

**Autora:** Chefe do Poder Executivo Municipal  
– Iara Braga Miranda.

**Relator:** Vereador Cristiley Fernandes da Penha.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária (PLO) de iniciativa da Excelentíssima Prefeita Iara Braga Miranda, que apresenta o seguinte assunto: Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A proposição foi protocolizada na secretaria da Câmara Municipal em 19 de abril de 2024.

Em 22 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico legislativo: nº 006/2024, pela Diretoria Legislativa.

No mesmo dia, a proposição foi apresentada em plenário e o pedido de urgência foi aprovado.

Em 23 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico jurídico: nº 006/2024, pela Assessoria Jurídica.

Ato contínuo, o presente processo legislativo foi encaminhado a esta Comissão para exame e parecer.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Constituição, Justiça e Redação**

É o relatório.

**II – ANÁLISE**

Inicialmente, conforme preconiza o art. 41 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do art. 46 do Regimento Interno, cabe manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico.

Nos termos do art. 47 da Lei Orgânica Municipal (LOM), cabe ao prefeito a iniciativa de leis complementares e ordinárias, in verbis:

Art. 47. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito, a órgãos e pessoas referidas nesta Lei Orgânica.

No mesmo sentido, preconiza o art. 47-A da Lei Orgânica Municipal (LOM), in verbis:

Art. 47-A. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

I - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou que **umentem a sua remuneração**, ressalvada a competência dos demais Poderes, órgãos e instituições referidos nesta Lei Orgânica; (Grifo Nosso)

Ademais, o inciso I do art. 24 da LOM, atribui ao Município a competência para legislar sobre assunto de interesse local. Vejamos:

Art. 24. Compete ao Município, no pleno exercício de sua autonomia, como parte integrante do Estado do Pará, da República Federativa do Brasil, através de seus Poderes Constituídos, Legislativo e Executivo Municipal:

I - legislar sobre assunto de interesse local;





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Constituição, Justiça e Redação**

Assim sendo, demonstra-se que não existe vício formal e material no Projeto de Lei Ordinária no 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Destaco ainda que, os aspectos legislativos, regimentais e jurídicos deste Projeto, foram analisados pela assessoria legislativa e assessoria jurídica desta Augusta Casa de Leis, e ambas, opinaram pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024.

Quanto a técnica a legislativa, o Projeto de Lei Ordinária no 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, está em obediência a Lei Complementar Federal 95/98 que dispõe sobre a elaboração, redação, a alteração a consolidação das leis.

Feitos os apontamentos considerados pertinentes, concluímos que Projeto de Lei Ordinária ora apresentado, reúne condições para sua tramitação, sendo respaldado pela legislação vigente.

**III – VOTO DO RELATOR**

Por todo o exposto, a referida propositura está apta quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, razão pela qual opino pela aptidão do Projeto de Lei Ordinária, dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de abril de 2024.

Vereador Cristiley Fernandes da Penha / UNIÃO BRASIL  
Relator

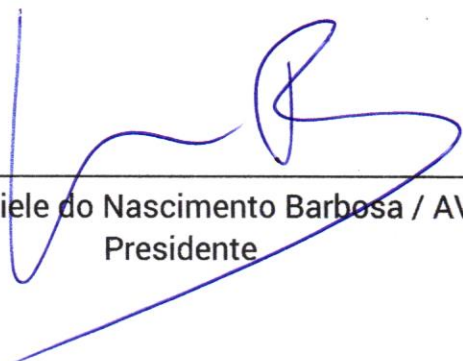


**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Constituição, Justiça e Redação**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião às 09h do dia 25 de abril de 2024, opinou unanimemente em seguir o voto do relator.

Eldorado do Carajás/PA, em 25 de abril de 2024.



---

Vereador Vaniele do Nascimento Barbosa / AVANTE  
Presidente



---

Vereador Cristiley Fernandes da Penha / UNIÃO BRASIL  
Relator



---

Vereador Antonio Lino de Sousa Junior / REPUBLICANOS  
Membro





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Finanças e Orçamento**

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 005 DE 2024.

(Do Poder Executivo)

**Ementa:** "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

**Autora:** Chefe do Poder Executivo Municipal  
– Iara Braga Miranda.

**Relator:** Vereador Antonio dos Santos Pinto.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária (PLO) de iniciativa da Excelentíssima Prefeita Iara Braga Miranda, que apresenta o seguinte assunto: Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A proposição foi protocolizada na secretaria da Câmara Municipal em 19 de abril de 2024.

Em 22 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico legislativo: nº 006/2024, pela Diretoria Legislativa.

No mesmo dia, a proposição foi apresentada em plenário e o pedido de urgência foi aprovado.

Em 23 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico jurídico: nº 006/2024, pela Assessoria Jurídica.

Em 25 de abril de 2024, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, emitiu parecer favorável, opinando pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Finanças e Orçamento**

Ato contínuo, o presente processo legislativo foi encaminhado a esta Comissão para exame e parecer.

É o relatório.

**II – ANÁLISE**

Cabe à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, nos termos do art. 47, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, em seu art. 16 determina que.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

[...]

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

Neste passo, o Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, está acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.







**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Finanças e Orçamento**

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, nos moldes do artigo 47 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a proposição atende aos preceitos legais, atendendo a conveniência e oportunidade.

**III – VOTO DO RELATOR**

Por fim, entendo que o Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, encaminhado pelo Poder Executivo, obedece aos ditames da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de abril de 2024.

---

Vereador Antonio dos Santos Pinto / PDT  
Relator



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Finanças e Orçamento**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

A Comissão de Finanças e Orçamento, em reunião às 10h do dia 25 de abril de 2024, opinou unanimemente em seguir o voto do relator.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de abril de 2024.

Vereador Heleno Barbosa dos Santos / PRD  
Presidente

Vereador Antonio dos Santos Pinto / PDT  
Relator

Vereador Cristiley Fernandes da Penha / UNIÃO BRASIL  
Membro





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social**

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 005 DE 2024.

(Do Poder Executivo)

**Ementa:** "Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências."

**Autora:** Chefe do Poder Executivo Municipal – Iara Braga Miranda.

**Relator:** Vereador Vaniele do Nascimento Barbosa.

## I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária (PLO) de iniciativa da Excelentíssima Prefeita Iara Braga Miranda, que apresenta o seguinte assunto: Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A proposição foi protocolizada na secretaria da Câmara Municipal em 19 de abril de 2024.

Em 22 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico legislativo: nº 006/2024, pela Diretoria Legislativa.

No mesmo dia, a proposição foi apresentada em plenário e o pedido de urgência foi aprovado.

Em 23 de abril de 2024, foi exarado o parecer técnico jurídico: nº 006/2024, pela Assessoria Jurídica.

Em 25 de abril de 2024, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, emitiu parecer favorável, opinando pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social**

Em 25 de abril de 2024, a Comissão de Finanças e Orçamento, emitiu parecer favorável, quanto aos aspectos que lhe competem.

Ato contínuo, o presente processo legislativo foi encaminhado a esta Comissão para exame e parecer.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

Conforme preconiza o art. 41 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, a esta Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social cabe especificamente, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias da natureza que trata este Projeto de Lei.

A recomposição salarial dos professores é uma medida crucial para garantir a qualidade da educação e o bem-estar desses profissionais fundamentais. Há várias razões justificando essa necessidade:

Os professores desempenham um papel central na formação das próximas gerações, moldando não apenas o conhecimento, mas também os valores e habilidades dos alunos. Uma remuneração adequada reflete o reconhecimento da importância dessa função para a sociedade.

Salários competitivos são essenciais para atrair e reter profissionais qualificados. Quando os salários estão defasados, muitos talentos podem ser afastados da profissão ou desmotivados a permanecer nela, o que pode levar a uma escassez de professores qualificados.

Professores frequentemente trabalham além do horário letivo, preparando aulas, corrigindo trabalhos e participando de atividades extracurriculares. Uma recomposição salarial adequada reconhece e compensa esse esforço adicional.

Com o passar do tempo, o custo de vida aumenta devido à inflação e outros fatores econômicos. Se os salários dos professores não forem ajustados para acompanhar esse aumento, seu poder de compra diminui, afetando negativamente sua qualidade de vida.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social**

Um salário justo e adequado pode aumentar a motivação e o comprometimento dos professores com seu trabalho, refletindo-se positivamente no desempenho dos alunos e no ambiente escolar como um todo.

A falta de recomposição salarial pode acentuar desigualdades existentes, já que os professores de áreas menos favorecidas podem estar sujeitos a condições de trabalho mais desafiadoras, sem uma compensação justa.

Em resumo, a recomposição salarial dos professores não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas também uma medida estratégica para promover a excelência educacional e o desenvolvimento social. Investir na valorização desses profissionais é investir no futuro de uma nação.

**III – VOTO DO RELATOR**

Por fim, entendo que o Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, encaminhado pelo Poder Executivo, obedece aos ditames da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Vaniele do Nascimento Barbosa / AVANTE  
Relator



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

A Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social, em reunião às 11h do dia 25 de abril de 2024, opinou unanimemente em seguir o voto do relator.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de abril de 2024.

Vereadora Paula Bulcão de Araújo / PT  
Presidente

Vereador Vaniele do Nascimento Barbosa / AVANTE  
Relator

Vereador Antonio dos Santos Pinto / PDT  
Membro





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

LEI ORDINÁRIA Nº , DE DE ABRIL DE 2024.

Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, EXMA. Sr.<sup>a</sup> IARA BRAGA MIRANDA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os que se interessarem, que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONOU a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição salarial, com base na inflação acumulada no ano de 2023, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1º de abril de 2024, revogando as disposições em contrário.

Eldorado do Carajás, Pará, de abril de 2024; 43º da Fundação e 32º da Emancipação.

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

**ENVIADO PARA SANÇÃO**

**EM 29/04/2024**

EDSON DE DEUS  
VIEIRA:13298160130

Assinado de  
forma digital por  
EDSON DE DEUS  
VIEIRA:132981601  
30

**EDSON DE DEUS VIEIRA**  
**Presidente da Câmara Municipal**





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício Nº 24/2024/CMEC/GP

Eldorado do Carajás/PA, 29 de abril de 2024.

A Sua Excelência

**Iara Braga Miranda**

Prefeita de Eldorado do Carajás/PA

**Assunto:** Encaminha a Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024 (Iara Braga Miranda), aprovado na 10ª Sessão Ordinária, do 1º Período, da 4ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2024.

Excelentíssima Prefeita,

Cumprimentando-a Vossa Excelência, vimos por meio deste, encaminhar a Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024, de iniciativa do Poder Executivo Municipal (Iara Braga Miranda), que *"Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências"*, o qual foi aprovado na 10ª Sessão Ordinária, do 1º Período, da 4ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2024.

Em sendo assim, encaminhamos o referido Projeto de Lei Ordinária com sua Redação Final com autógrafos, para apreciação do Chefe do Poder Executivo, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento desta, nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei Orgânica Municipal, devendo o mesmo, caso seja sancionado, seguir numeração cronológica concedida pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Consignamos ainda, que no prazo acima, seja encaminhado a cópia da referida Lei sancionada para este Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

EDSON DE DEUS  
VIEIRA:132981601  
30

Assinado de forma  
digital por EDSON DE  
DEUS  
VIEIRA:13298160130

EDSON DE DEUS VIEIRA

**Presidente da Câmara Municipal**

Protocolo Nº 259  
Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás  
CNPJ: 04.439.633/0001-00  
Data: 29/04/2024

*Juliano*



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**ELDORADO DO CARAJÁS**  
TRABALHANDO PELO PROGRESSO

Rua Oziel Carneiro, 37, Centro – Km 02 – CEP: 68.524-000 – Eldorado do Carajás/PA  
www.eldoradodocarajas.pa.leg.br | secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br  
Alô Câmara! + 55 (94) 9 9106-4732



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**LEI ORDINÁRIA Nº 546, DE 29 ABRIL DE 2024.**

Concede recomposição salarial, no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, EXMA. Sr.<sup>a</sup> IARA BRAGA MIRANDA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os que se interessarem, que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONOU a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição salarial, com base na inflação acumulada no ano de 2023, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no importe de 1% (um por cento), aos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério) da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1º de abril de 2024, revogando as disposições em contrário.

Eldorado do Carajás, Pará, 29 de abril de 2024; 44º da Fundação e 33º da Emancipação.

**IARA BRAGA** Assinado digitalmente  
**MIRANDA:702** por IARA BRAGA  
**62926253** MIRANDA:70262926  
253

**IARA BRAGA MIRANDA**

Prefeita Municipal





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**CNPJ Nº 84.139.633/0001-75**  
**GABINETE DA PREFEITA**

<b>Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás</b>	
<b>Procuradoria-Geral do Município</b>	
Publicado em: <b>29/04/2024</b>	
<b>FERNANDO SILVA PACHECO:9803 5320220</b>	Assinado digitalmente por <b>FERNANDO SILVA PACHECO:98035320 220</b>



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Considerando a regular tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 005/2024-GAB, de 19 de abril de 2024, a Diretoria Legislativa procede ao ARQUIVAMENTO do presente Projeto e encerra o processo legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 7 de maio de 2024.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo  
Portaria nº 045/2024